

LEI Nº 2.279, DE 01 DE JULHO 1995.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO
DE 1997, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei, aprovou, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei:~~

~~**Art. 1º** — Ficam estabelecidos nos termos da presente Lei as Diretrizes Gerais para elaboração dos orçamentos do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, relativo ao exercício financeiro de 1997.~~

~~**Art. 2º** — As unidades orçamentárias projetarão as suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso, a preço de maio de 1996, considerando os aumentos ou as diminuições de serviços.~~

~~**§ 1º** — As estimativas das receitas serão feitas a preço de maio de 1996, considerando-se a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária.~~

~~**§ 2º** — Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisado sem autorização legislativa.~~

~~**Art. 3º** — Para efeito do disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 1997, são os constantes do Anexo I desta Lei.~~

~~**Art. 4º** — Na programação de investimento serão observadas as metas e prioridades definidas na forma do artigo anterior.~~

~~**Art. 5º** — O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Turismo, Meio Ambiente, Saneamento, Habitação e Obras Públicas.~~

~~**Art. 5º** — As despesas com pessoal da Administração Direta ficam limitadas a 65 (sessenta e cinco por cento) das Receitas Correntes, conforme consta do Artigo 1º, Inciso III da Lei Complementar nº 02, de 3-07/03/95, excluídas as receitas oriundas de convênios.~~

~~**Art. 6º** — A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como admissão de pessoal, a qualquer título, pelo Órgão ou Entidade da Administração Direta e Autarquias, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado pela Lei Complementar nº 82/95.~~

~~**Art. 7º** — O Poder Executivo poderá conceder ajuda financeira a Entidades Filantrópicas sem fins lucrativos, que prestam serviços essenciais de assistência Social, Médica Educacional, Cultura, Saúde, Agricultura e de preservação ambiental obedecidos os padrões mínimos de eficiência para o seu funcionamento.~~

~~**§ 1º** — O disposto no caput deste artigo, aplica-se também às instituições desportivas e associações de moradores.~~

~~**§ 2º** — Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo dos planos de aplicação apresentados pela entidade beneficiada.~~

~~**§ 3º** — A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas dos recursos recebidos, na forma do plano de aplicação aprovado, até o final do exercício em curso.~~

~~**§ 4º** — Fica vedada a concessão de nova ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, bem assim as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo.~~

~~**Art. 8º** — Os fundos especiais criados por Lei ou a serem criados, serão vinculados às Secretarias afins e delas receberão uma dotação Orçamentária própria.~~

~~**§ 1º** — Será elaborado para cada fundo especial, um Plano de Aplicação, cujo conteúdo será o seguinte:~~

~~I — Fonte de recursos financeiros classificados categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.~~

~~II — Aplicação dos recursos destinados ao cumprimento das ações a serem desenvolvidas através dos fundos especiais, classificados nas categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital.~~

~~**§ 2º** — A criação dos fundos especiais, inclusive os Planos de Aplicação de suas rendas, obedecerão ao estabelecido nesta Lei e demais legislações pertinentes.~~

~~**Art. 9º** — O Orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional em vigor no Município.~~

~~**Art. 10** — A Lei Orçamentária Anual conterá a discriminação da receita e despesa, e o programa de Trabalho do Governo da conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64.~~

~~**Art. 11** — As receitas do Município são aquelas provenientes das seguintes fontes:~~

~~I — dos tributos de sua competência;~~

~~II — de atividades econômicas, que por conveniência, possa vir a executar;~~

~~III — de transferências por força da Constituição Federal e Estadual ou de Convênios firmados com entidades governamentais e privadas nacionais;~~

~~IV — de empréstimos e financiamentos autorizados por Lei, vinculados a obras e serviços públicos;~~

~~V — de empréstimos tomados para antecipação de receita orçamentária.~~

~~**Art. 12** — As despesas municipais constitui aquelas destinadas a aquisição de bens e serviços para o cumprimento dos objetivos do Município, bem como, dos compromissos de natureza social e financeiro.~~

~~**Art. 13** — Os orçamentos do Município abrigarão obrigatoriamente recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida municipal.~~

~~**Art. 14** — As despesas e as receitas dos orçamentos do Município serão apresentados de forma sintética e agrupadas evidenciando o déficit ou superávit e o total dos Orçamentos.~~

~~**Art. 15** — A Lei Orçamentária incluirá, dentre outros demonstrativos:~~

~~I — das Receitas, que obedecerá ao previsto no artigo 2º, parágrafo 1º da lei Federal nº 4.320/64.~~

~~II — dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal.~~

~~**Art. 16** — Nenhuma obra nova poderá ser iniciada quando a sua implementação implicar em prejuízo do cronograma físico financeiro de projetos em execução, ressalvadas aqueles em que os recursos tenham destinação específica.~~

~~**Art. 17** — Serão obrigatoriamente recolhidos a conta do Tesouro Municipal:~~

~~I — Os tributos de sua competência;~~

~~II — As transferências constitucionais;~~

~~III — As contribuições econômicas e sociais destinadas a órgãos e entidades da Administração Municipal, inclusive fundos;~~

~~IV — As receitas de qualquer natureza, geradas e ou arrecadadas no âmbito dos órgãos e fundos da Administração Direta e Indireta;~~

~~V — As transferências de Convênio firmados com entidades governamentais e privadas nacionais.~~

~~**Art. 18** — O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, inclusive a Contribuição de Melhoria.~~

~~**Art. 19** — O cálculo para lançamento, cobrança e arrecadação da Contribuição de Melhoria obedecerá a critérios que serão levados ao conhecimento da população através da imprensa falada e escrita.~~

~~**Art. 20** — A administração Municipal dispensará esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita de natureza tributária e não tributária.~~

~~**Art. 21** — Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até o término do exercício de 1996 a Câmara Municipal será, de imediato convocada extraordinariamente pelo seu Presidente, conforme legislação em vigor, e que seja o Projeto aprovado.~~

~~**Art. 22** — No caso da Lei Orçamentária não ser sancionada até o início de 1997, a programação constante do projeto de lei Orçamentária relativa as ações de manutenção e~~

~~as despesas com pessoal e encargos sociais poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, até que seja sancionada.~~

~~**Art. 23** — Caberá a Secretaria Municipal de Finanças, através da Assessoria Contábil, a elaboração dos Orçamentos de que trata a presente Lei.~~

~~**Art. 24** — A Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará, por unidade orçamentária de cada órgão ou fundo, da Administração Direta e Indireta os quadros de detalhamento da despesa, especificando, para categoria de programação, os elementos de despesa e respectivo desdobramento.~~

~~**Art. 25** — As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.~~

~~**Art. 26** — Os valores orçamentários (Receita e Despesa) poderão ser corrigidos monetariamente pela variação do IGPM-FGV, ocorrido no período compreendido de maio a dezembro/96, ou outro que venha substituí-lo, somando-se a este para efeito de atualização, o mesmo índice aplicado pelo governo do Estado do Espírito Santo em seu Orçamento para o exercício de 1997, através de Decreto Municipal, bem como adequar toda e qualquer alteração adotada no sistema monetário vigente.~~

~~**Art. 27** — O Prefeito Municipal enviará até o dia 30 de Setembro do corrente exercício, o Projeto de Lei Orçamentária a Câmara Municipal, que apreciará até o final de período legislativo, devolvendo-o a seguir para sanção, conforme determina o Art. 3º da Lei Municipal nº 1.964/92.~~

~~**Art. 28** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.~~

~~**Art. 29** — Revogam-se as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 01 de julho de 1995.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA — Caléu
— Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I

INVESTIMENTOS

01. Construção e ampliação de prédios para Poderes Legislativo e Executivo, inclusive equipamentos;
2. Equipamentos e materiais permanentes para funcionamento dos serviços administrativos;
3. Construção e ampliação de Postos Telefônicos;
4. Construção e ampliação de Postos de Correios;
5. Construção e ampliação de casa para Torre TV na sede e distritos, inclusive aquisição de equipamentos;
6. Aquisição de equipamentos para serviços de comunicação;
7. Construção e ampliação de Creches, inclusive equipamentos;
8. Construção, ampliação e reforma de Prédios escolares, inclusive equipamentos e materiais permanentes;
9. Construção e ampliação de quadras para prática de educação física em escolas do Município;
10. Promoção do Turismo no Município;
11. Construção e ampliação de prédios para atendimento aos serviços de saúde e assistência social, inclusive aquisição de equipamentos;
12. Construção de casas populares, e/ou reconstrução e reforma de habitações em condições sub-humanas;
13. Pavimentação e abertura de Ruas e Avenidas na sede e distritos; ^
14. Extensão de rede de Iluminação Pública;
15. Construção e ampliação de parques e jardins, inclusive Praças;
16. Construção e ampliação de matadouros públicos;
17. Construção e ampliação de horto florestal;
18. Construção e ampliação de abrigos para passageiros;
19. Construção e ampliação de redes de esgotos e pluviais;
20. Construção e abertura de estradas e pontes
21. Equipamentos para os serviços de estradas vicinais
22. Construção e ampliação de cemitérios, necrotérios, inclusive equipamentos;
23. Restauração e equipamentos para o Museu Histórico;
24. Construção e ampliação de escadarias em vias públicas;
25. Construção e reparos em calçadas em vias públicas;
26. Construção e reforma de play-ground;
27. Construção e reforma de coretos públicos;
28. Construção e ampliação de próprios municipais;
29. Ampliação e reforma de Capela Mortuária;
30. Construção e reforma de feira livre;
31. Construção de Parques e Espaços Culturais;
32. Construção, ampliação e reforma do Ginásio de Esportes, inclusive aquisição de equipamentos;
33. Construção e reforma de vestiários em campos do Município;
34. Aquisição de carroças e muares para o serviço de coleta de lixo;
35. Construção e reforma de quebra-molas, bueiros e mata-burros;
36. Construção e ampliação de salão e armazéns comunitários;
37. Aquisição de bens da rede Ferroviária Federal S/A;
38. Construção e reforma de pontes em ruas;
39. Construção e reforma de quadras esportivas na sede e distritos;
40. Aquisição de imóvel para funcionamento de creches;
41. Construção e reforma de Unidades sanitárias;
42. Construção e ampliação de rede de eletrificação rural;

43. Obras de contenção de encostas;
44. Aquisição de área de lazer para funcionários da Prefeitura;
45. Equipamentos para ampliação dos serviços de informática;
46. Equipamentos para atividades da Secretaria Mun. Agricultura
47. Execução do programa de Inseminação Artificial
48. Construção de Albergues
49. Aquisição de área para implantação do Plano Industrial;
50. Equipamentos para serviços de irrigação e mecanização agrária
51. Construção e ampliação de parques de exposições;
52. Implantação de tanques para o incentivo a piscicultura;
53. Equipamentos para atividades do pronto socorro municipal;
54. Instalação do Sistema de Telefonia Celular
55. Amortização da Dívida Pública Municipal.

Alegre (ES), 01 de julho de 1995.

~~JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA — Caléu~~
~~— Prefeito Municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.